



PODER

Isenção do IR entre as prioridades do governo

Haddad entrega a Motta as 25 pautas principais da agenda econômica para 2025-2026 e diz que terminou desenho da compensação para livrar do imposto quem ganha até R\$ 5 mil. Na lista, estão, ainda, supersalários e mudanças na previdência de militares

» RAPHAEL PATI
» ISRAEL MEDEIROS

A equipe econômica do governo apresentou, ontem, ao novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), uma lista de 25 pautas prioritárias para o biênio 2025-2026. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi conversar com o deputado para reforçar a intenção do Planalto de avançar nas propostas que, se aprovadas, podem ajudar a melhorar a popularidade do governo com vistas às eleições do ano que vem.

O documento é dividido em três frentes: estabilidade macroeconômica (política fiscal e justiça tributária), melhoria do ambiente de negócios, e Novo Brasil: Plano de Transformação Ecológica. Uma das prioridades do governo é discutir e aprovar a reforma tributária sobre a renda. O Executivo quer deixar o sistema mais progressivo — ou seja, quem ganha mais, paga mais, e quem ganha menos, paga menos.

Com essa reforma, também viria a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A medida foi anunciada ainda em 2024 como parte do pacote fiscal apresentado por Haddad ao Congresso, mas não avançou durante a tramitação acelerada do projeto no último mês de dezembro. O texto ainda não foi enviado ao Congresso.

A jornalista, Haddad disse, no entanto, que o governo já concluiu o “desenho” da medida que prevê a compensação na arrecadação para cobrir a isenção do IR a quem recebe até R\$ 5 mil por mês. “Nenhuma renúncia fiscal no Brasil pode ser feita sem compensação”, enfatizou.

Segundo o ministro, “o presidente (Lula) vai anunciar (a compensação) quando achar conveniente”. “Nós terminamos o desenho. Eu só não vou adiantar (a data) porque não tenho autorização do Planalto ainda para isso. Agora, começa uma tramitação formal, e isso vai acabar vindo nas próximas semanas”, acrescentou.

O Executivo avalia que é preciso ter cautela antes de implementar a medida e avançar a discussão com os parlamentares. “Como é uma coisa importante, tanto quanto foi a reforma sobre o consumo, foi uma coisa muito discutida. Essa é mais simples, porque não exige emenda constitucional, não exige lei complementar, é uma lei mais simples nesse ponto de vista, mas tem um impacto econômico relevante para o nosso país”, comentou Haddad.

De acordo com o ministro, “como (a reforma) passa a ter vigência no dia 1º de janeiro do ano que vem, a Câmara e o Senado têm que ter o tempo devido para analisar”. “Nós mesmos nos debruçamos sobre essa matéria durante mais de um ano na Fazenda, depois da promulgação da emenda constitucional da reforma sobre o consumo. Não é uma coisa simples de ser votada. Vai exigir debate”, completou.

Atuação conjunta

Haddad também destacou a disposição do Executivo em ajudar a tramitar não só os textos sobre a reforma da renda como os demais. “Ano que vem é ano

Lula Marques/ Agência Brasil



Haddad chamou Motta de “uma liderança extraordinária” e disse que a relação com ele é boa desde que o deputado comandava o Republicanos na Casa

Veja as propostas

- » Fortalecimento do arcabouço fiscal, para assegurar expansão sustentável do PIB, desemprego e inflação baixos e estabilidade da dívida.
- » Início da implantação da reforma tributária sobre o consumo — dispositivos legais já aprovados, e se iniciam as etapas de implantação administrativa.
- » Regulamentação da reforma tributária — Lei de Gestão e Administração do IBS, Fundos e Imposto Seletivo — Congresso precisa finalizar a votação do PLP 108/2024, e projetos de lei do imposto seletivo e de lei de regulamentação dos fundos serão enviados em 2025.
- » Reforma tributária sobre a renda com isenção de IRPF para quem ganha até R\$ 5 mil e tributação sobre o topo da pirâmide de renda.
- » Limitação dos supersalários — a proposta faz parte do pacote de contenção de despesas, e novo projeto de lei será enviado em 2025.
- » Reforma da previdência dos militares — proposta já enviada no âmbito do pacote de contenção de despesas.
- » Projeto de lei da conformidade

- tributária e aduaneira, com valorização do bom contribuinte e responsabilização do devedor contumaz — proposta em tramitação no Congresso.
- » Aprimoramento da Lei de Falências — proposta aprovada na Câmara e em tramitação no Senado.
- » Fortalecimento da proteção a investidores no mercado de capitais — proposta aguarda designação de relator na Câmara.
- » Consolidação legal das infraestruturas do mercado financeiro — proposta aprovada na Câmara e em tramitação no Senado.
- » Resolução bancária Resumo — projeto aguardando apreciação na Câmara.
- » Mercado de crédito (execução extrajudicial, consignado do E-Social, uso de pagamentos eletrônicos como garantia para empresas e ampliação de garantias em operações de crédito (open asset) — parte da proposta está em análise no Senado e o restante depende de elaboração ou regulamentação pelo Executivo.
- » Regulamentação econômica das big techs — proposta em

- elaboração pelo Executivo.
- » Modernização do marco legal de preços de medicamentos — proposta em análise pela CMED (Poder Executivo).
- » Pé-de-Meia: permissão ao aluno investir em poupança ou títulos do Tesouro — em elaboração pelo Executivo.
- » Modernização do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e das parcerias público-privadas — projeto em tramitação na Câmara.
- » Nova emissão de títulos sustentáveis, trazendo recursos ao Fundo Clima — duas emissões já realizadas, de US\$ 4 bilhões. Novas rodadas de emissões planejadas.
- » Avanço na implantação do mercado de carbono — com lei sancionada, estão em preparação as regras de governança e a regulamentação da lei.
- » Novos Leilões do EcolInvest — em preparação. Compra pública com conteúdo nacional e programa de desafios tecnológicos para a transformação ecológica.
- » Contratações do PAC, Fundo Clima e fundos regionais

- passam gradualmente a utilizar regras de conteúdo local — está em gestão a criação de um programa de desafios tecnológicos associados à transformação ecológica.
- » Estruturação do Fundo Internacional de Florestas Resumo — incluído na Declaração Final do G20, está em discussão multilateral para viabilizar sua implantação.
- » Implementação da Taxonomia Sustentável Brasileira Resumo — texto está em consulta pública.
- » Marco legal da inteligência artificial e política de atração de datacenter — marco legal aprovado no Senado e deve começar discussão na Câmara.
- » Plano Safra e Renovagro — resoluções CMN já expedidas e novas medidas de aprimoramento nos próximos Planos Safra.
- » Consolidar o mapa de investimento sustentáveis na BIP (Plataforma de Investimentos para a Transformação Ecológica no Brasil) — projetos já cadastrados de US\$ 10 bilhões e novas propostas serão mapeadas.

Reforma da renda: Motta prega cautela

» ISRAEL MEDEIROS
» JÚLIA PORTELA

Apesar da disposição dos deputados de avançar no tema da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil — medidas com apoio popular normalmente se traduzem em mais votos —, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse, ontem, que o assunto deve ser tratado “com cautela”, “equilíbrio” e “responsabilidade”.

Segundo Motta, o governo, que terá perda de arrecadação com a isenção, precisa ter responsabilidade fiscal e apresentar as compensações para a medida.

“Não temos problemas em avançar nessa agenda, o que precisamos ter é responsabilidade, para que o efeito, que pode ser positivo para muitos brasileiros, não seja nocivo para o país”, ressaltou, em entrevista à Rádio CBN, antes da reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Conforme Motta, “o Congresso entende, e a Câmara dos Deputados principalmente, que o Brasil já tem uma das cargas tributárias mais pesadas do mundo”. “Mas eu não quero entrar na agenda aqui, até porque eu não conheço o que o ministro Haddad vai nos trazer”, afirmou.

“A isenção do IR é um projeto simpático. Quem é que não gostaria de aprovar um projeto que ajuda as pessoas que têm uma faixa de renda menor? Mas temos que ter muito equilíbrio para que uma medida como essa não venha a ter efeito ruim, já que temos hoje uma alta taxa de juros, o dólar chegando a níveis máximos. Isso traz um efeito principalmente no que diz respeito à inflação”, pontuou.

Motta também destacou que há uma preocupação, por parte dos parlamentares, de aprovar medidas que possam, direta ou indiretamente, aumentar impostos. “O Congresso colaborou muito, nos últimos dois anos, com projetos que ajudaram a aumentar bastante a arrecadação do governo”, sustentou. “Há na Casa um sentimento de que projetos que elevem a carga tributária não tenham um amplo apoio para sua aprovação.”

Taxação

O presidente da Câmara frisou, ainda, que Haddad concorda com a avaliação de que é preciso ter responsabilidade fiscal ao aprovar medidas econômicas que podem ter impacto nos cofres públicos. Segundo a equipe econômica, o governo pretende taxar quem ganha mais para compensar a perda de arrecadação com a isenção.

A equipe de Haddad, no entanto, ainda não apresentou os cálculos de como se dará a compensação. Pela lei, no entanto, será obrigada a encontrar os recursos que deixar de arrecadar. A ideia, segundo o documento apresentado a Motta ontem, é estabelecer um “imposto mínimo” para pagadores de tributos de alta renda.

Ao **Correio**, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que o projeto ainda está em discussão pelo governo, mas será enviado ao Legislativo ainda no primeiro semestre.



Terminamos o desenho (da compensação do IR). Só não vou adiantar porque não tenho autorização do Planalto para isso”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

de eleição, portanto nós vamos tentar mobilizar toda a equipe da Fazenda, do Planejamento, da Casa Civil e a SRI (Secretaria de Relações Institucionais), para que fiquem à disposição dos relatores designados, para que nós possamos avançar de forma mais transparente possível”, disse.

Ele aproveitou para elogiar Motta, a quem chamou de “uma liderança extraordinária”. O ministro também ressaltou que a relação com o presidente da Câmara foi boa enquanto o deputado era líder do Republicanos na Casa. “Tenho a satisfação de dizer que a relação entre nós, ao longo desses últimos dois anos, não poderia ser melhor”.

Já Motta, que também participou da conversa com jornalistas, frisou que prezar por uma postura colaborativa com o governo. Afirmou que a parceria de trabalho liderada por Arthur Lira (PP-AL), seu antecessor, ajudou a aprovar quase toda a agenda econômica enviada pelo governo, e se comprometeu a dar continuidade ao ritmo de aprovações.

“(Ministro Haddad,) saiba que nós temos todo o intuito, todo espírito de ajudar nessa agenda, porque é uma agenda de país. O Brasil tem um grande desafio econômico para 2025, e nada melhor do que essa cooperação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo para que a agenda,

aqui, seja priorizada, e nós posamos entregar o melhor para a sociedade brasileira”, prometeu o presidente da Câmara.

Outras medidas

O governo também apresentou como prioridade a reforma da previdência dos militares, que enfrenta forte resistência da categoria. O texto foi enviado ao Congresso no ano passado junto com o pacote de corte de gastos, mas não tem previsão para avançar.

Na lista, estão ainda outros temas, como o fortalecimento do arcabouço fiscal e a limitação dos supersalários (veja quadro).